

## rumo às economias sustentáveis

desafiando a globalização econômica neoliberal | resumo





# rumo às economias sustentáveis

desafiando a globalização econômica neoliberal | resumo

## resumo

Amigos da Terra Internacional (ATI) é uma federação de organizações independentes presente em 66 países da África, Ásia, América Latina, Europa e América do Norte. O Programa de Comércio, Meio Ambiente e Sustentabilidade foi estabelecido em 1992 e é coordenado por grupos membros do ATI em cada continente e todos são igualmente responsáveis por estratégias bem como pelas políticas.

Este trabalho é o resultado de um diálogo de dois anos entre os membros do ATI que vivem em circunstâncias econômicas e políticas diversas no Norte, Sul, Leste e Oeste. Esperamos que ele sirva como uma contribuição útil para um debate público construtivo relacionado com o futuro de nossas economias. ATI faz campanhas por sociedades sustentáveis, que satisfaçam as necessidades das pessoas. Porém, para que se possa lutar por sociedades sustentáveis, ATI também incorporou a necessidade de desafiar a globalização econômica neoliberal, que trabalha na direção oposta, impedindo a sustentabilidade.

A globalização econômica neoliberal tem falhado com as pessoas de muitas formas. Vivemos em um mundo no qual a desigualdade está aumentando e milhões de pessoas estão incapacitadas de satisfazer suas necessidades mais básicas. As florestas estão sendo dizimadas, os minérios exauridos e os combustíveis fósseis explorados a níveis totalmente insustentáveis para a 'economia global'. A democracia está sendo erodida à medida que o poder concentra-se cada vez mais em poucas mãos. As diversidades biológica e cultural estão desaparecendo a passos alarmantes e os padrões ambientais e sociais duramente conquistados estão ameaçados. Se continuarmos neste ritmo, o futuro das gerações presentes e futuras parece tenebroso. O verdadeiro desafio para a humanidade será providenciar uma qualidade de vida decente para uma população prevista de 10 bilhões em 2050, reduzir os impactos ambientais para níveis sustentáveis. A globalização econômica neoliberal está aumentando tal desafio. E a declaração oficial é de que "não há alternativa".

ATI discorda. Primeiro, a teoria na qual a economia neoliberal se baseia está desatualizada. A facilidade crescente com que o capital pode ser movimentado pelo mundo significa que muitos países encontram dificuldades em reter ou atrair capital de investimento necessário. Grandes e poderosas corporações podem jogar governos sem recursos uns contra os outros recebendo concessões tributárias e baixando padrões sociais e ambientais por todo o mundo. A demanda crescente por recursos finitos é agora um fator significativamente limitador; e ficou claro que a riqueza não "escoa" para as pessoas conforme foi anteriormente declarado. No todo, a globalização econômica neoliberal é uma situação cada vez mais de ganhador-perdedor para muitos; em oposição ao ganhador-ganhador para quem a apóia.

As dimensões do problema podem ser desencorajadoras, mas um futuro diferente, democrático, equilibrado e sustentável é possível. Porém, devemos voltar ao básico e reconsiderar o que precisamos que nossas economias façam; quais processos de tomada de decisão e regulamentadores seriam mais apropriados; e que tipo de informação econômica é necessária. Devemos:

# mudar de rumo: estabelecer novos objetivos econômicos

Um sistema econômico verdadeiro e produtivo deve ter como objetivo a satisfação das necessidades das pessoas através do uso equilibrado e sustentável dos recursos limitados do planeta. A erradicação da pobreza, sustentabilidade social e cultural, igualdade entre as gerações e dignidade humana devem ser objetivos econômicos chave. Os níveis de produção e de consumo precisam ser administrados, e o tratamento especial e diferenciado para países e povos empobrecidos deve ser um componente integral.

Simplesmente procurar maximizar o PIB não é mais suficiente. Para atingir estes objetivos, as sociedades do século 21 requerem sofisticadas políticas econômicas nacionais e internacionais que fomentem níveis ideais de atividade econômica baseados em princípios chave internacionalmente acordados, incluindo:

- Respeito aos direitos humanos;
- Respeito à diversidade em sistemas econômicos, culturais e biológicos;
- Subvencionar a política e economia;
- Igualdade dentro e entre gerações, incluindo a redistribuição do controle sobre recursos como terra e o pagamento da dívida ecológica;
- Responsabilidade e transparência democrática de governos, empresas e outras organizações, um direito dos cidadãos tomarem conhecimento.
- O poluidor paga a responsabilidade legal, de princípio e compensação;
- Respeito por altos padrões ambientais, de saúde, segurança, sociais e trabalhistas; e
- O princípio da precaução.

A diversidade é parte integrante da sustentabilidade e isto se aplica em economia tanto quanto em qualquer outro campo. A diversidade econômica inclui diversas estratégias econômicas, economias diversificadas (que implica em uma variedade de setores e atividades, ao invés de uma economia dependente de um ou dois produtos específicos), e diversidade dentro os setores (quer dizer sem monopólios). Os países e as comunidades devem ter a opção de selecionar aqueles mecanismos e estratégias econômicos melhor atendam suas necessidades econômicas, sociais, culturais e ambientais a qualquer momento. Estas decisões devem ser tomadas com uma visão de otimizar a atividade econômica e manter um grau de auto-dependência, com o objetivo de encorajar o desenvolvimento de economias fortes e diversificadas capazes de suportar e adaptar-se a choques externos.

A tomada de decisões deve ser desenvolvida nos níveis mais baixos, procurando oferecer subsídios econômicos (a tomada de decisão no nível mais baixo apropriado). Essas decisões quando realizadas em vários níveis também seriam vantajosas, pois poderiam ajudar a introduzir verificações e equilíbrio entre e por órgão decisivos, reduzindo a chance de abuso de poder em qualquer uma esfera.

## **ficar atentos: medir o bem-estar econômico com precisão**

Devemos tomar uma abordagem muito mais sofisticada na avaliação de nosso bem-estar econômico. Particularmente, devemos reconhecer e valorizar o trabalho de maneira mais justa, incluir os reais custos socioambientais do transporte nos preços ao consumidor. O PIB, conforme é calculado atualmente, não mede a qualidade de vida, progresso social, erradicação da pobreza, desenvolvimento humano ou qualidade ambiental; as funções sociais importantes, incluindo cuidados com as crianças e os idosos e com o trabalho doméstico. Normalmente, não é atribuído valor econômico algum e o transporte subvalorizado significa que formas de produção e comércio altamente poluentes e destruidoras de habitats são favorecidas sobre produção e comércio locais.

## planejar o futuro: diminuir o conflito e o uso de recursos

Muitos recursos naturais já estão sendo seriamente abusados. De fato, se todas as pessoas do mundo consumissem aos níveis que muitos habitantes do Norte consomem atualmente, nós precisaríamos de pelo menos oito planetas para prover os recursos necessários até o ano 2050. Mudanças significativas nos padrões de produção e consumo (que por sua vez necessitarão de acordos internacionais de muita visão e eficiência) são necessárias para assegurar que o uso de recursos globais seja reduzido em níveis sustentáveis para o bem e a saúde de todos a longo prazo. Estas mudanças devem, porém, considerar e atacar o sub-consumismo, predominantemente no Sul.

'Políticas de redução, reutilização e reciclagem' são absolutamente chaves para aumentar a eficiência e reduzir o uso de recursos no Norte. Porém, para que se atinja níveis de uso dos recursos sustentáveis enquanto ainda se consegue prover recursos para o aumento de consumo por povos subdesenvolvidos, os países também vão precisar promover estratégias de administração de demanda e de eficiência.

Reduzir o uso de recursos no Norte traz mais possibilidades de paz e segurança do que as economias neoliberais (pela redução da competição por recursos); e tem o potencial de gerar maiores níveis de empregos.

## **compartilhar recursos: erradicar a desigualdade e a pobreza**

As políticas econômicas atuais, tais como aquelas promovidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, em efeito redistribuem os recursos dos pobres para os ricos, agravando a pobreza e a desigualdade. O pagamento de dívidas, particularmente, resultou em uma trágica transferência de riqueza “Robin Hood ao contrário” de países empobrecidos para credores ricos do Norte, ainda que os países importadores ricos tenham incorrido uma dívida ecológica com os países do Sul que contrabalança de longe a dívida financeira oficial do Sul (através do acesso a longo prazo de recursos subvalorizados).

A redistribuição deve ser revertida, para atingir um equilíbrio no qual o acesso aos recursos e aos benefícios do uso destes recursos seja distribuído igualmente dentre os países, entre regiões e entre pessoas. A dívida financeira deve ser cancelada, o acesso aos recursos, a uma vida saudável e a um meio ambiente saudável devem ser considerados direitos humanos.

## **mudar prioridades: investir na verdadeira economia**

As políticas que promovem estabilidade econômica (e contribuem ou pelo menos não subestimam a sustentabilidade em geral) devem ser um componente chave de economias sustentáveis. As nações precisam poder controlar e dirigir os fluxos de investimentos domésticos e estrangeiros, favorecendo investimentos estáveis e bem vindos à economia realmente produtiva sobre e acima da economia de dinheiro 'virtual'. A seleção de investidores estrangeiros, padrões de desempenho decididos localmente, preferência por empreendimentos locais e domésticos e regulamentação de investidores domésticos – tudo com o objetivo de promover economias sustentáveis – deve ser a regra.

## **redistribuir o comércio: revigorar as economias locais**

Embora um certo nível de comércio internacional seja inevitável e até desejável, economias e comunidades saudáveis e sustentáveis são a chave para satisfazer as necessidades básicas das pessoas. Elas estão sendo, porém, subvalorizadas pelo neoliberalismo. Há uma necessidade clara de redistribuir o comércio, não priorizando o comércio internacional, dando maior prioridade ao comércio local e regional (e pequenos e médios empreendimentos) e promover maior autonomia local. As economias e comunidades locais devem ser revigoradas.

As pessoas devem ter o direito, através de governos democraticamente eleitos, de reforçar a proteção de seus ambientes locais e nacionais, de promover atividades econômicas sustentáveis de pequena escala, e de exercer controle sobre seus recursos naturais compartilhados. Nisto está implícito o fim do desenvolvimento voltado para exportação externamente imposto.

Além do mais, regras de comércio nacionais, regionais ou internacionais não devem suprimir leis projetadas para proteger comunidades locais, o meio ambiente e a saúde pública. Isto não significa que todas as decisões devem ser tomadas localmente. A implementação de conceitos de subvenção e democracia econômica devem reforçar contribuições de nível local, encorajar economias diversificadas e providenciar as verificações e equiparações apropriadas.

## regulamentar corporações: reduzir influências corporativas

Se os objetivos da economia global forem alterados de acordo com as sugestões neste documento de posicionamento, a função e, inclusive, a natureza das companhias também seriam alteradas. Delas seria esperado, em termos gerais, através de regulamentação e incentivos internacionais e nacionais que contribuíssem para uma faixa de objetivos. Também seria exigida a contribuição para a geração de níveis ideais de atividade econômica e implementar altos padrões ambientais e sociais (incluindo minimizar o uso de recursos, reduzir os níveis de poluição, assegurar altos níveis trabalhistas e promover igualdade de gêneros). Seria esperado que elas fossem amplamente responsáveis para com os cidadãos.

Mudanças nas medições de bem estar econômico também encorajariam os governos a assegurar que as companhias atingissem estes objetivos.

As empresas domésticas e as empresas que planejem operar em território estrangeiro devem ser obrigadas a aderir aos seguintes princípios: (1) consentimento prévio informando da comunidade, determinado por processos comunitários, a ser afetado por uma atividade ou projeto corporativo; (2) condução de análise de impacto social e ambiental; (3) responsabilidade legal, financeira e criminosa por limpeza ambiental, reabilitação e controle de poluição; (4) provisões para pagamentos de “royalties” para as comunidades de onde os recursos estiverem sendo extraídos pelas corporações; (5) direitos comunitários contra reassentamento social, cultural, físico, e econômico devido a um projeto corporativo; e (6) respeito pelos direitos humanos e altos padrões ambientais e sociais (inclusive trabalhistas).

É crucial que a competitividade internacional não seja mais um objetivo cego dos fazedores de políticas. A competição tem o seu lugar, mas deve ser apenas um dos objetivos chave, devendo ser regulamentada, em parte pela introdução de leis antitruste internacionais para prevenir o desenvolvimento de cartéis e de outras práticas anti-competitivas.

## **liberar a informação: assegurar a transparência e a democracia**

A criação de economias democráticas e sustentáveis é um objetivo ambicioso que somente poderá ser realizado com segurança se as políticas internacionais refletirem e abordarem as esperanças e aspirações das pessoas por uma sociedade justa, correta e equiparada nacional e globalmente. Para atingir isto, a descentralização política é essencial. Será absolutamente necessário assegurar que nações e comunidades sejam os tomadores de decisões chave, que todos os órgãos tomadores de decisões relevantes – do local até o internacional – sejam genuinamente representativos e participativos, e que as pessoas tenham verdadeiras oportunidades de participar de tomadas de decisões econômicas.

Além do mais, é correto e justo que os governos negociem acordos internacionais que tenham sido exigidos pelos seus cidadãos. Porém, os governos devem ser totalmente responsabilizados por suas ações e isto somente poderá acontecer quando for possível determinar o que são tais ações. A transparência interna e externa de comércio inter-governamental e outras negociações semelhantes deve ser significativamente aumentada.

## atualizar infra-estrutura: redesenhar regras e instituições

Os elementos regionais e internacionais de comércio redistribuído exigirão um sistema real e efetivo de regras e acordos de comércio multilaterais baseado em novos objetivos econômicos que seriam integrados e complementarizados, ao invés de destruir, legislação não relacionada a comércio; e uma gama de legislação internacionalmente acordada lidando com preocupações não-econômicas tais como igualdade, consumo e produção sustentáveis.

As instituições financeiras e comerciais internacionais e regionais devem ser totalmente incorporadas às Nações Unidas; a forma com que o Banco Mundial e o FMI operam deveria ser alterada de acordo com as políticas econômicas sustentáveis; os tratados multilaterais sobre o meio ambiente, desenvolvimento, saúde, trabalho e direitos humanos devem ter precedência sobre o comércio. Finalmente, a cooperação governamental é chave para atingir estes objetivos ambiciosos. Portanto, os governos devem ter os incentivos para cooperarem: incentivos e punições devem tornar-se uma característica padrão em tratados multilaterais. Os governos também devem ter a obrigação de desenvolver e implementar políticas domésticas para proteger o meio ambiente e promover a saúde, quando estas poderiam ter efeitos indesejados em outros países. Tribunais internacionais devem ser obrigatórios para resolver desacordos neste sentido; e as disputas devem ser resolvidas com base em princípios acordados.

Para maiores detalhes do impacto da globalização econômica neoliberal, favor ver *The World Trade System: How it Works and What's Wrong With It* and *The World Trade System: Winners and Losers*, um livro de referência, disponível no site

[www.foe.co.uk/campaigns/sustainabledevelopment/publications/trade/](http://www.foe.co.uk/campaigns/sustainabledevelopment/publications/trade/)